



Sob fogo cerrado: Assassinatos de jornalistas no Brasil, de 2003 a 2013¹

Madja PENHA²

Maria do Socorro F. VELOSO³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Rio Grande do Norte, RN

RESUMO

Hoje consagrada com um direito, em meio a uma história de violações contra jornais e jornalistas que se repete na contemporaneidade, a liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de ser um direito de profissionais e de empresas ligadas a essa atividade. Partindo desse pressuposto, o objetivo deste trabalho é apresentar um panorama histórico dos casos de atentados à liberdade de imprensa no Brasil, a partir de um levantamento do número de jornalistas assassinados no país, no período de 2003 a 2013. Foram 23 mortes, no total. O estudo se utiliza de pesquisa quantitativa que toma, por referência, dados divulgados pelo Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ). A base teórica inclui Doonaert (2000), Jorge (1992), Marx (2006) e Medina (2002), entre outros autores.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Liberdade de imprensa; Censura; Assassinatos.

Introdução

Na clássica obra *A liberdade de imprensa*, Karl Marx atesta: “Se a imaturidade da espécie humana é o argumento místico contra a liberdade de imprensa, sem nenhuma dúvida a censura é uma medida altamente eficaz contra a imaturidade da espécie humana. (...) O desenvolvimento só termina com a morte” (2006, p. 43).

A liberdade de imprensa é indispensável não apenas para jornalistas, mas para o conjunto da sociedade. Historicamente, entretanto, seu exercício sempre esteve sob ameaça de censura, no Brasil e no mundo. Especialmente em nosso país, diante dos números apresentados nos últimos dez anos por entidades de apoio à atividade jornalística, consideramos urgente colocar em discussão a violência sofrida por

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo, do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2014.

² Concluinte do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: madja.penha@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Ciências da Comunicação, docente do curso de Comunicação Social – Jornalismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrante das bases de pesquisa Pragma (UFRN) e Alterjor (USP). E-mail: socorroveloso@uol.com.br.



profissionais da área. Esse levantamento de dados, portanto, é mais do que mera compilação: representa uma forma de denúncia.

Se o pressuposto da democracia é a disputa constante entre diferentes grupos através do debate de ideias, o assassinato de um jornalista é um crime contra a democracia. No livro *Plantados no chão* (2007), Jan Rocha conclui o prefácio dizendo: “Um país que deixa matar seus líderes populares está se ferindo, se mutilando. A morte de um líder não é simplesmente a eliminação de uma pessoa inconveniente, mas um golpe contra a esperança. Contra o futuro!” (ROCHA, 2007, p. 9-10)

A partir dessas considerações iniciais, o objetivo deste artigo é discutir os ataques ao livre exercício do jornalismo mediante o levantamento do número de profissionais de imprensa assassinados no Brasil, no período de 2003 a 2013. Trata-se de uma pesquisa de natureza quantitativa que utiliza, como fonte, os sítios de duas importantes organizações de defesa do profissional de imprensa: o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) e os Repórteres sem Fronteiras (RSF). O artigo apresenta, ainda, um breve panorama histórico de atos cometidos contra a liberdade de expressão que remetem à Antiguidade, demonstrando como as tentativas de silenciamento pela força são, ainda hoje, um grave problema enfrentado por jornalistas do mundo inteiro.

A base metodológica do estudo inclui pesquisa bibliográfica e documental, e entrevista.

1. Liberdade e censura: a par de algumas questões históricas

A noção de liberdade de expressão e de pensamento impulsiona toda a vida consciente. Trata-se de uma questão que tem atraído o pensamento de profetas e sábios, de governantes e filósofos. De caráter tanto material quanto moral, preocupa o homem desde que foi obrigado a conciliar a satisfação das necessidades da vida individual com as exigências da vida coletiva.

Na Atenas de Péricles⁴ (século V a.C.), o filósofo Anaxágoras⁵ foi acusado de blasfemar contra os deuses; fugiu de Atenas, mas seus livros foram queimados. Uma lei

⁴ Péricles pertencia a uma das mais nobres famílias de Atenas. Era um homem de caráter forte, sóbrio, incorruptível e reservado. Foi eleito estrategista (cada um dos dez magistrados da antiga Grécia, que compunham uma espécie de poder executivo, para cuidar especialmente das medidas de natureza militar). Ele tinha grande ascendência sobre a cidade de Atenas, graças ao poder da sua oratória, ao seu caráter e a sua habilidade política.

⁵ Filósofo grego do período pré-socrático.



que restringia a criação dramática foi imposta durante dois anos, em época de guerra, mas acabou sendo extinta no ano de 437 a.C. Frínico⁶ foi multado por apresentar uma comédia que evocava a destruição de Mileto⁷ e os atenienses proibiram para sempre a apresentação daquela obra. Contudo, essas leis parecem não haver intimidado nem os autores, nem os filósofos. Na realidade, a liberdade de expressão chegou a ser considerada como o mais importante sinal de diferenciação entre o cidadão e o escravo ou estrangeiro.

Não obstante, a história demonstra que o mais famoso de todos os atenienses, Sócrates, foi o primeiro mártir da liberdade de expressão. Por buscar a verdade frente à atitude de alguns cidadãos, foi acusado de adorar ídolos estranhos e de corromper a juventude. Aos 70 anos, foi condenado à morte.

Na *Apologia*, de Platão⁸, Sócrates advogava pela liberdade intelectual, afirmando a supremacia de sua consciência sobre o veredito do jurado e argumentando que, quando buscava a verdade, era para o bem público, já que a discussão ou o diálogo eram importantes. Sócrates foi, portanto, não apenas o primeiro grande mártir da liberdade de expressão, mas também o primeiro filósofo a fazer uma defesa racional desse exercício.

Hoje reconhecida e regulada em todo o mundo civilizado, a informação livre é uma das bases da sociedade. O direito social à informação é consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 19: “Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”⁹.

Embora formalmente garantido, o direito à informação enfrenta limitações de natureza política, ideológica e cultural, uma vez que esbarra, em sua essência, nos interesses de quem detém o poder político e econômico.

Hoje consagrada com um direito, em meio a uma história de violações contra jornais e jornalistas que se repete na contemporaneidade, a liberdade de imprensa é um bem da sociedade, antes mesmo de representar uma garantia a profissionais e empresas ligadas a essa atividade. Por sua própria natureza, exige mobilização, vigilância e firme

⁶ Poeta trágico, pioneiro da tragédia grega, célebre por ter escrito *A queda de Mileto*.

⁷ É uma antiga cidade da Ásia Menor, no sul da Jônia, cuja região, atualmente, faz parte da Turquia.

⁸ Filósofo e matemático do período clássico da Grécia Antiga. Ajudou a construir os alicerces da filosofia natural, ocidental e da ciência.

⁹ Declaração Universal dos Direitos Humanos (aprovada em Resolução da III Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Paris, França).



posicionamento diante das ameaças constantes. Quando a imprensa atua dentro do limite da legalidade e dos princípios éticos, sua participação na construção da democracia torna-se fundamental. Como defende Doonaert (2000, p.47), a “liberdade de imprensa é um dos sustentáculos dos direitos humanos e uma garantia para outras liberdades. (...) cuida de que a sociedade transponha os limites da pura hegemonia legislativa, desfrutando realmente o Estado de direito”.

O exercício da liberdade de imprensa encontra, no conjunto de atos censórios, a sua principal barreira. Esses atos incluem desde o uso de dispositivos legais até a forma mais radical de censura: o assassinato.

Na verdade, o ato de censurar é tão antigo quanto à divulgação de ideias. O controle dos meios de difusão de ideias sempre existiu e a história registra, ao longo dos séculos, sob a tutela de regimes totalitários ou democráticos, como os governantes tem tentado sufocar, por meio da censura, o esforço de comunicação. (MATTOS, 2005, p. 46)

A história do jornalismo caminha em meio a grandes dificuldades e muitos dos que se propuseram a anunciar más notícias, ou a questionar o domínio dos poderosos, foram sumariamente assassinados. Um exemplo foi o que aconteceu na Alemanha, subjugada, em meados do século 20, por um dos maiores censores e ditadores que o mundo moderno conheceu: Adolf Hitler. Lembrado por sua crueldade e implacável intolerância, Hitler escreveu no volume 1 livro do *Mein Kampf* (1932):

É especialmente necessário ter-se a imprensa debaixo da mira, porque a sua influência sobre os homens é especialmente forte e penetrante. [...] O Estado não deve perturbar-se pelo brilho da chamada liberdade de imprensa e deixar-se conduzir à falta do seu dever, ficando a nação com os prejuízos. Ele deve, com decisão implacável, assegurar-se desse meio de esclarecimento e colocá-lo a seu serviço e no da nação. (HITLER, 1932, p. 246)

Publicando um guia ideológico e de ação nazista, Hitler não propagou apenas o ódio contra judeus, mas também a aversão à liberdade.

Poderíamos supor que a disseminação da censura no mundo desapareceria com seus tiranos. Mas nos tempos hodiernos, e mesmo em países ditos democráticos, a censura resiste de forma obscura, nas entrelinhas de ações governamentais e judiciais. Não é divulgada ou defendida abertamente em livros. Não é declarada. Encontramo-la na violência policial, em processos jurídicos, nas ameaças anônimas, prisões, desaparecimentos e mortes de jornalistas.



“Se a informação da atualidade (...) constitui o alimento indispensável à cidadania, tomada esta no sentido lato em que o ser humano assume o leme do presente, os problemas da sonegação de informação constituem uma das essências dos conflitos sociais”, observa Cremilda Medina (in: CARNEIRO, 2002, p. 422). A professora da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo (ECA-USP) acompanhou de perto os descaminhos da imprensa brasileira ao longo da última ditadura militar. Contemporânea de Vladimir Herzog¹⁰ - dramático símbolo do aparato censório montado contra os jornalistas brasileiros -, ela esteve por dez anos no jornal *Estado de S. Paulo* (1975 – 1985), oito dos quais como editora de Artes e Espectáculos. Em 1975, viu os censores deixarem o prédio do *Estadão* após uma permanência de sete anos. Acreditou que enfim, após tantos traumas, um novo cenário se descortinaria para a imprensa. “Doce ilusão. (...) o cotidiano me mostraria os constantes e complexos cerceamentos da informação. Nem mesmo aquela CENSURA, visível para todos – produtores e usuários -, deu trégua” (MEDINA, in: CARNEIRO, 2002, p.424).

Quando falamos em censura no Brasil, é corriqueiro se pensar no período ditatorial instalado pelos militares em 1964. Entretanto, o ódio contra a imprensa é registrado desde os tempos do Império. E, ainda segue, em plena democracia:

(...) é um ódio antigo, secular, proveniente de espíritos sempre anacrônicos, em conflito com os avanços da democracia. Rebento do autoritarismo, do arbítrio do *establishment*¹¹, da intolerância dos mandões a serviço do poder, da estreiteza mental do cabra-macho e do rancor animalesco do fecho-bodegas¹² desabotinado, capaz de “ter a coragem de mamar em onça”. (JORGE, 1992, p. 24)

Na noite de 20 de novembro de 1830, aconteceu aquele que é conhecido como o primeiro assassinato de um jornalista registrado na história do Brasil. Líbero Badaró, nascido na Itália, fixou residência em São Paulo, onde fundou e dirigiu *O Observador Constitucional*, periódico que se destacou como defensor dos princípios liberais. O jornalista foi vítima de uma emboscada. Dois homens o atacaram e um deles, o alemão Henrique Stock, deu-lhe um tiro de pistola. Os gritos de Badaró alertaram a vizinhança,

¹⁰ Jornalista, diretor da TV Cultura de São Paulo, além de professor e dramaturgo. Militante do Partido Comunista Brasileiro, foi torturado até a morte nas instalações do DOI-Codi, no quartel-general do II Exército, em São Paulo, em outubro de 1975, após ter se apresentado ao órgão para “prestar esclarecimentos” sobre suas “ligações e atividades criminosas”.

¹¹ Refere-se à ordem ideológica, econômica e política que constitui uma sociedade ou Estado.

¹² Desordeiro; valentão.



enquanto os assassinos fugiam. Sangrando, o jornalista teria dito: “Não me iludam, eu sei que vou morrer. Não importa. Morre um liberal, mas não morre a liberdade”.

Depois de Badaró, foram muitos os atentados, os atos de censura, os empastelamentos, as prisões e mortes registradas ao longo do Brasil Império e após a fundação da República, em 1889.

Esses episódios incluem agressões cometidas pelos principais mandatários da história da nação. De todos os chefes do Executivo, um dos mais rudes e agressivos foi o general João Baptista de Figueiredo. No dia 10 de abril de 1979, exibindo sinais de profunda irritação, ele fez a seguinte afirmativa a um grupo de jornalistas: “O único problema que tenho tido são vocês” (JORGE, 1992, p. 15). Depois, em discurso proferido em Cuiabá (MT), no dia 19 de junho de 1980, reclamou: “A imprensa usa de todos os meios para difundir o que é mau e esconde justamente aquelas coisas que o governo tem feito com sacrifício em benefício do povo brasileiro”. Em 15 de novembro de 1982, acresceu a seguinte frase à sua biografia: “Não faz pergunta senão leva coice”.

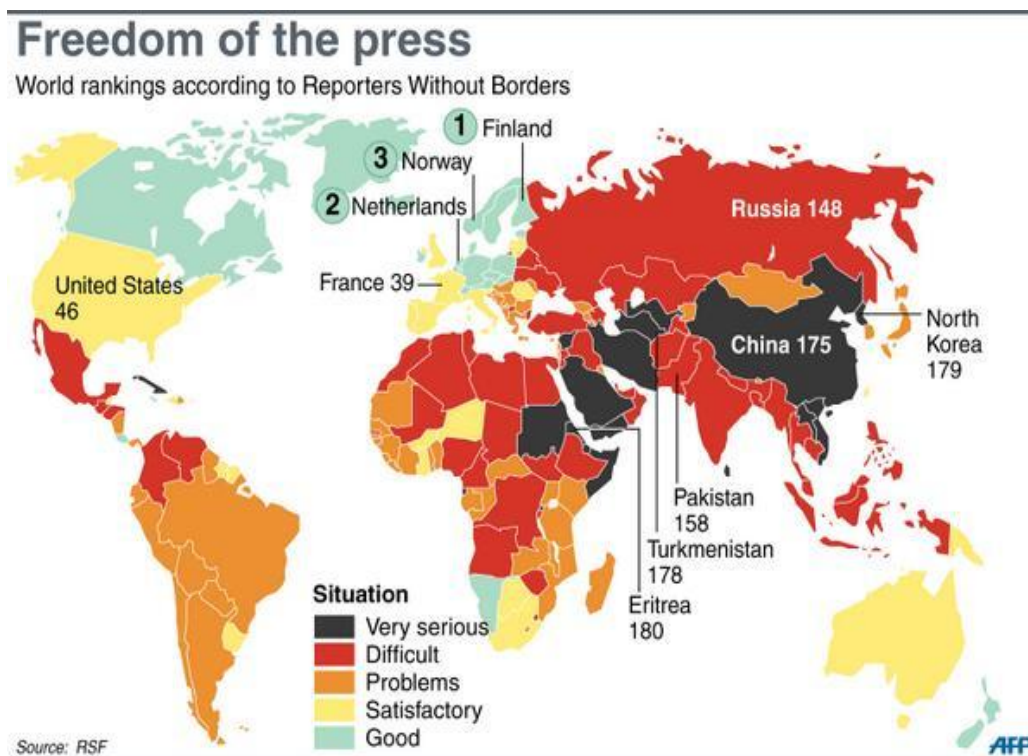
Relacionando-se de modo sempre áspero com a imprensa, o general refletia, em suas palavras, uma antipatia descomunal pelos jornalistas. Várias de suas expressões agressivas entraram para a história, como essas frases anotadas por repórteres da época: “Considero asnática esta pergunta”, “Indague a Jesus Cristo”, “Imbecis travestidos de intelectuais”, “Vocês só entram trotando no meu gabinete” (JORGE, 1992, p. 16).

Muitos estimaram que, com a retomada da democracia, o país extinguiria de vez a censura. Inferia-se que não poderia resistir em um país aberto ao diálogo. Mas, assim como os preconceitos advindos da época da colonização se perpetuam, a liberdade de imprensa – pensada como um direito extensivo a todos os jornalistas e não como “liberdade de empresa”, restrita aos patrões - ainda parece uma utopia:

É bem complexo o problema da liberdade de imprensa no Brasil. Tal liberdade, num país como o nosso, não depende apenas de um presidente liberal, amigo dos livros e adversário dos regimes de arbítrio. Não é possível mudar a psicologia de certos mandões, os costumes de um país ainda meio bárbaro, a mentalidade retrógrada de muitos dos seus próceres, com a mera substituição de um presidente. O mal não reside apenas na *forma*, encontra-se no *cerne*, na raiz da própria estrutura da nossa organização política. (JORGE, 1992, p.16-17)

Recentemente, os Repórteres sem Fronteiras (RSF), uma organização sem fins lucrativos, consultora da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgou um ranking

mundial sobre a liberdade de imprensa no mundo. A agência France-Press publicou um infográfico:



Fonte: Agence Press-France (AFP), fev. de 2014.

“O Índice Mundial da Liberdade de Imprensa é uma ferramenta de referência que é baseada em sete critérios: o grau de abusos, o grau de pluralismo, a independência da mídia, do meio-ambiente e autocensura, o quadro legislativo, a transparência e a infraestrutura”, declarou o secretário geral da entidade, Christophe Deloire, na divulgação das estatísticas¹³. O índice de 2013 enfatiza a correlação negativa entre os conflitos armados e a liberdade de informação. Em um ambiente instável, os meios de comunicação tornam-se alvos estratégicos para grupos que tentam controlar notícias e informações, em detrimento das convenções internacionais.

De acordo com outra organização, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), desde 1992 foram assassinados 1.051 profissionais de imprensa no mundo. É importante salientar que esse dado corresponde apenas às mortes registradas. E, como se sabe, parte das mortes de jornalistas não aparece nas estatísticas por diferentes razões.

¹³ Versão original: “The World Press Freedom Index is a reference tool that is based on seven criteria: the level of abuses, the extent of pluralism, media independence, the environment and self-censorship, the legislative framework, transparency and infrastructure”.

O Comitê reúne dados sobre o número de jornalistas mortos todos os anos. Em entrevista realizada para o presente trabalho, Carlos Lauria, coordenador sênior do Programa CPJ das Américas, explicou: “O CPJ começou a compilar os registros detalhados sobre mortes de jornalistas em 1992. Nós aplicamos rigorosos padrões jornalísticos quando se investiga uma morte”¹⁴. Por isso, utilizaremos o Comitê como referência neste estudo.

2. Assassinatos de jornalistas no Brasil (2003 a 2013)

Desde 1992, de acordo com o CPJ, foram comprovadas 27 mortes de jornalistas no Brasil. Em 2013, foram quatro. Em fevereiro de 2014, o site da revista Veja divulgou um infográfico com o número de jornalistas assassinados, utilizando o CPJ como apontador:



Fonte: Veja Online, fev. 2014.

¹⁴ No original: “CPJ began compiling detailed records on journalist deaths in 1992. We apply strict journalistic standards when investigating a death”. Entrevista concedida pelo Coordenador Sênior do Programa CPJ das Américas, Carlos Lauria, a Madja Penha, por e-mail, em 18 de março de 2014.



O Comitê para a Proteção dos Jornalistas é uma organização independente, sem fins lucrativos, que promove a liberdade de imprensa em todo o mundo. Em seu site são divulgados dados relativos à violência contra a imprensa, sejam casos de exílios, desaparecimentos, prisões ou assassinatos. Utilizaremos os dados obtidos por essa entidade como base para o relatório a seguir, segundo o qual 23 jornalistas foram assassinados no Brasil, de 2003 a 2013:

ANO	NOME	VEÍCULO	DATA DE MORTE	CIDADE
2003	Nicanor Linhares Batista	Rádio Vale do Jaguaribe	30 de junho	Limoeiro do Norte (CE)
	Luiz Antônio da Costa	Época	23 de julho	São Bernardo do Campo (SP)
2004	Samuel Romã	Rádio Conquista FM	20 de abril	Coronel Sapucaia (MS)
	José Carlos Araújo	Rádio Timbaúba FM	24 de abril	Timbaúba (PE)
	Jorge Lourenço dos Santos	Criativa FM	11 de julho	Santana de Ipanema (AL)
2005	Não há registro de mortes.			
2006	Não há registro de mortes.			
2007	Luiz Carlos Barbon Filho	Jornal do Porto, JC Regional e Rádio Porto FM	5 de maio	Porto Ferreira (SP)
2008	Não há registro de mortes.			
2009	José Givonaldo Vieira	Bezerros FM e Folha do Agreste	14 de dezembro	Bezerros (PE)
2010	Francisco Gomes de Medeiros	Rádio Caicó	18 de outubro	Caicó (RN)
2011	Luciano Leitão Pedrosa	TV Vitória e Rádio Metropolitana FM	9 de abril	Vitória de Santo Antão (PE)
	Valério Nascimento	Panorama Geral	3 de maio	Rio Claro (SP)
	Edinaldo Filgueira	Jornal O Serrano	15 de junho	Serra do Mel (RN)
	Audo Ida	Olhar Direto e Midianews	21 de julho	Cuiabá (MT)
	Valderlei Canuto Leandro	Rádio Frontera	1º de setembro	Tabatinga (AM)
	Gelson Domingos da Silva	Bandeirantes TV	6 de novembro	Rio de Janeiro (RJ)
2012	Mario Ranfolfo Marques Lopes	Vassouras na Net	9 de fevereiro	Barra de Piraí (RJ)
	Paulo Roberto Cardoso Rodrigues	Jornal da Praça e Mercosul News	12 de fevereiro	Ponta Porã (MS)
	Décio Sá	O Estado do Maranhão e Blog do Décio	23 de abril	São Luis (MA)
	Valério Luiz de Oliveira	Rádio Jornal	5 de julho	Goiânia (GO)
	Eduardo Carvalho	Última Hora News	21 de novembro	Campo Grande (MS)
2013	Mafaldo Bezerra Goes	FM Rio Jaguaribe	22 de fevereiro	Jaguaribe (CE)
	Rodrigo Neto	Rádio Vanguarda e	8 de março	Ipatinga (MG)



		Vale do Aço		
	Walgney Assis Carvalho	Freelance	14 de abril	Coronel Fabriciano (MG)
	José Roberto Ornelas de Lemos	Jornal Hora H	11 de junho	Nova Iguaçu (RJ)

Fonte: Madja Penha, com base em relatórios do CPJ.

É possível observar o aumento no número de mortes no decorrer dos anos: em 2003, foram dois assassinatos; em 2013, quatro. Não obstante, é importante analisar uma referência: dos 23 assassinatos, 18 foram em regiões interioranas, o que corresponde a 78% dos casos.

Localidades de pequena área territorial como Porto Ferreira (SP), com 51.400 habitantes, e Serra do Mel (RN), com 10.597, segundo o IBGE, foram alguns dos cenários desses crimes.

A pequena imprensa de expressão local continua a incomodar os mais influentes. A distância das metrópoles, nas quais os veículos de comunicação gozam de maior visibilidade, permite que, no interior do país, as desavenças continuem a ser resolvidas por meio de atentados à vida de jornalistas. Essas ações podem ser entendidas como consequências “de séculos de atraso, de ignorância, de pedantocracia, de amoralismo, de indecorosa passividade, de violação dos mais mezinhos direitos individuais” (JORGE, 1992, p. 17).

Os homens mais ricos, que dominam o poder econômico e, muitas vezes, o poder político em determinada região, persistem em imperar sobre toda e qualquer opinião. Aquele que ousa discordar corre o risco de morrer. O coronelismo - a política controlada e comandada por “coronéis”, como eram chamados os ricos fazendeiros no final do século XIX e começo do século XX, no Brasil - parece estar em pleno vigor.

3. Considerações finais

Não é possível continuarmos a condescender com a barbárie. A comunicação requer mais que evolução: requer o bem elementar da liberdade, requer a garantia constitucional da vida.

Sem autocrítica, sem análise minuciosa do problema e sem a busca de soluções, jamais avançaremos. A pesquisa realizada para este artigo mostra que os maiores índices de violência pertencem a cidades interioranas com baixo índice populacional e



renda concentrada nas mãos de poucos, sob controle de famílias adeptas dos métodos característicos do chamado coronelismo.

A compreensão da heterogeneidade e a constituição de um acordo recíproco, no qual possam convergir ponderações e ações políticas em direção à liberdade, implicam o reconhecimento do outro e o fato de que o debate público plural é requisito básico para a resolução dos conflitos sociais.

A imprensa brasileira é marcada por um grande número de jornalistas assassinados, “suicidados”, no exercício da profissão. De quantos Vladimir Herzog é feita nossa história? A resposta a essa indagação evidencia a necessidade de extrairmos lições do passado para transformá-las em sabedoria. Que as vidas aqui expostas em seu epitáfio não tenham sido em vão.

4. Referências bibliográficas

COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. Nova York, 2014. Relatório. Seção *Killed Since 1992*. Disponível em: <http://cpj.org/killed/americas/brazil/>. Acesso em: 26 mar. 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Declaracao%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos-%201948.pdf. Acesso em: 26 mar. 2014.

DOORNAERT, Mia. **Liberdade de imprensa como direito humano**: O direito de opinião. Deutschland. Alemanha, Frankfurter Societäts, n° 1, fev./mar., 2000, pp. 44-47.

FARIÑAS CASTRO, J. A. **De La libertad de prensa**. Madrid: Editorial Fragua, 1971.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Volume I. Munique: 1932, p. 246.

JORGE, Fernando. **Cale a boca, jornalista!**: O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira. São Paulo: Vozes, 1992.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MARX, Karl. **Liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MEDINA, Cremilda. As múltiplas faces da censura. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**: História da censura no Brasil. São Paulo: 2002, p. 422.

REPORTERS SANS FRONTIERES. Paris, 2014. *World Press Freedom Index 2013* (Relatório). Disponível em: http://fr.rsf.org/IMG/pdf/classement_2013_gb-bd.pdf. Acesso em: 26 mar. 2014.



ROCHA, Jan. Prefácio. In: VIANA, Natalia. **Plantados no chão** – Assassinatos políticos no Brasil hoje. São Paulo: Conrad do Brasil, 2007.